

Artigos Livres

Serviço Social e as políticas públicas nas tramas do capital

Social Work and public policies within the webs of capital

Alessandra Garrot Vilanova¹ , Jairo da Luz Oliveira¹ ,
Júlia Teixeira Santos¹ , Maiara Regina Porto da Rosa da Silva¹ ,
Morgana Drews da Silva¹ , Tainara Corin da Silveira¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

A relação entre o Serviço Social e as políticas públicas constitui-se desde a gênese da profissão, consolidando-se ao longo do tempo a partir das transformações sociais e do amadurecimento dos compromissos éticos-políticos da categoria. Nesse contexto, o presente artigo analisa essa relação à luz das contradições do capital, fundamentando-se em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com base em produções teóricas clássicas e recentes sobre a temática no Brasil. O critério de inclusão contemplou autores de referência no Serviço Social, bem como contribuições atuais que dialogam com os desafios contemporâneos. Assim, busca-se discutir as interfaces entre a trajetória do Serviço Social e o planejamento, a implementação e a execução das políticas públicas, oferecendo subsídios para a ampliação do conhecimento da categoria e para o fortalecimento das práticas profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social; Políticas públicas; Capitalismo

ABSTRACT

The relationship between Social Work and public policies has been established since the profession's origins, consolidating over time through social transformations and the maturation of the profession's ethical and political commitments. In this context, the article analyzes this relationship in light of the contradictions of capital, based on qualitative bibliographic research drawing on both classical and recent theoretical works on the subject in Brazil. The inclusion criteria encompassed leading authors in the field of Social Work, as well as current contributions that address contemporary challenges. Thus, the aim is to discuss the interfaces between the trajectory of Social Work and the planning, implementation and execution of public policies, offering insights to expand the profession's body of knowledge and to strengthen professional practices.

Keywords: Social Work; Public policies; Capitalism

1 INTRODUÇÃO

Este artigo parte da provocação acerca da correlação entre as políticas públicas e o papel do Serviço Social na sua concepção e materialização. A relevância da reflexão reside na contribuição que pode oferecer à formação e à intervenção profissional, considerando que a relação do Serviço Social com as políticas públicas é histórica e encontra-se vinculada aos fundamentos da própria profissão, estabelecendo-se desde sua gênese. Na contemporaneidade, as políticas públicas configuram-se como principal campo e instrumento de atuação das/os assistentes sociais, podendo assumir caráter transformador ou, ao contrário, reforçar processos de coerção, a depender do projeto societário ao qual estejam articuladas.

Conforme assinala Höfling (2001), as políticas públicas resultam de estratégias voltadas à mitigação dos efeitos nocivos inerentes ao sistema capitalista. Desse modo, sua análise exige a apreensão dos fatores históricos e estruturais que atravessam o Estado e a sociedade, uma vez que impactam diretamente os processos de trabalho da/o assistente social. Ao longo da trajetória da profissão, delinearam-se caminhos de resistência e de reinvenção, mesmo diante do constante desmonte de direitos arduamente conquistados.

Nos primórdios da profissão, as/os assistentes sociais assumiram o papel de executores das políticas públicas, atuando sob a perspectiva de apassivamento e, em muitos casos, de coerção da população a serviço do Estado (Carvalho; Iamamoto, 1982). Nesse cenário, o Serviço Social inseriu-se como mediador das políticas, articulando sua prática entre os interesses estatais e as demandas sociais, o que evidencia a histórica tensão entre transformação social e mecanismos de controle.

Com o movimento de reconceituação da profissão, a adoção do método dialético-crítico como fundamentação teórica possibilitou uma mudança de perspectiva: a análise dos processos sociais passou a ser realizada de forma crítica e intencional. A partir desse marco, o Serviço Social deixou de ser mero executor das

políticas públicas, fortalecendo-se como mediador comprometido com a garantia de direitos sociais e com a ampliação do acesso a políticas públicas, tendo em vista a transformação das condições de vida dos sujeitos.

O presente estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, que, conforme Minayo (2009), trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Através da revisão de literatura, busca-se iluminar o debate acerca da trajetória do Serviço Social e de sua atuação no âmbito das políticas sociais públicas.

2 O ADVENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL

Neste ponto, para introduzir essa reflexão, busca-se no pensamento de Netto (1992) quando este afirma que o Estado capitalista é responsável por dar respostas à questão social, que é fundamentada nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (Netto, 1992 apud. Behring, Boschetti, 2011). Tais respostas contribuem justamente para a manutenção do sistema social e econômico que rege a vida social contemporânea.

O Estado passa a administrar as expressões da questão social a partir das políticas públicas para garantir a reprodução da classe trabalhadora e da superpopulação relativa, essenciais para a sobrevivência do Estado capitalista (Santos, 2023), devido à necessidade de reposição da força de trabalho e dos próprios trabalhadores, bem como, a pressão pela baixa salarial ao dispor de um contingente populacional desempregado. Nesse terreno, à medida em que o sistema produz riqueza, também gera a pobreza da classe explorada (Santos, 2023).

As políticas sociais públicas condensam os processos de oposição de interesses das classes antagônicas, pois são o produto dos tensionamentos da classe trabalhadora contra a subjugação de suas vidas ao capital (Carvalho; Moura; Ferreira, 2022). Entende-se que esta realidade expressa uma relação complexa e contraditória,

carregada de múltiplas determinações que envolvem o Estado e a sociedade, no seio dos conflitos e lutas da classe trabalhadora diretamente relacionada com o processo de produção e reprodução do capitalismo (Behring; Boschetti, 2011).

No caso da realidade brasileira, condicionada pela situação de dependência econômica aos países centrais do capitalismo, há de se considerar as particularidades da questão social, assentadas na formação sócio-histórica do país, emergentes do colonialismo e do imperialismo (Behring; Boschetti, 2011). Entre as principais características históricas, estão a negação de direitos aos povos originários, o escravismo, a superexploração da força de trabalho, a ausência de garantia de direitos e o autoritarismo por parte do Estado (Santos, 2023; Carvalho; Moura; Ferreira, 2022).

De acordo com Behring e Boschetti (2011), a criação do Estado nacional brasileiro com influência do liberalismo, marcada pela Independência do Brasil em 1822, direciona uma nova organização social em que se conservam elementos do passado, inclusive sem qualquer compromisso das elites econômico-políticas com os direitos do cidadão. Nesse sentido, a formação do Estado não rompe com as estruturas herdadas do período colonial, mas as reconfigura conforme os interesses dominantes. As autoras ressaltam que o lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, fundamentalmente no setor agrário exportador, molda a condição de dependência econômica, impedindo o crescimento do mercado interno com os processos de modernização nascentes. A conformação do Estado e a transição capitalista são ditadas por tais dicotomias, sendo o poder político dirigido pela elite “aburguesada” segundo seus interesses particulares (Behring; Boschetti, 2011). Nesse contexto, a ausência de um projeto nacional voltado ao bem-estar coletivo reforça a exclusão social e cria as bases para que a questão social emergisse com maior força no final do século XIX, impulsionada pelas lutas da classe trabalhadora.

Portanto, ao final do século XIX e início do século XX com as reivindicações manifestadas pela classe trabalhadora, sob condições de trabalho equiparadas a

prolongação do trabalho escravo (Fernandes, 1987 apud. Behring, Boschetti, 2011), bem como pela necessidade de legitimação das classes opressoras, se institui a proteção social no Brasil, voltada para os direitos trabalhistas e previdenciários dos principais setores da economia, com significativas dificuldades de efetivação ao longo do processo sócio-histórico de conquistas e retrocessos na vida do trabalhador no Brasil.

A grande crise do capitalismo mundial nos anos de 1929-1932 repercutiu no Brasil de modo a reorganizar as forças econômicas e políticas, o que sucedeu na chamada Revolução dos anos 1930, em que o presidente Getúlio Vargas se tornou figura política central. Com a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e, em sequência, da Carteira de Trabalho em 1932, os trabalhadores com registro formal adquirem direitos, o que caracteriza a regulamentação das relações de trabalho como tentativa de estabelecer a colaboração de classes em lugar da luta de classes (Behring; Boschetti, 2011).

Ainda, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 inaugura a preocupação do poder público com a saúde através de campanhas sanitárias; por sua vez, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) criada em 1942, coordenada pela primeira-dama Darci Vargas, posteriormente difunde e articula a assistência social no país, com forte caráter filantrópico e clientelista promovido pelo primeiro-damismo (Behring; Boschetti, 2011).

Com o esgotamento do varguismo em 1945, apresenta-se uma intensa disputa entre projetos políticos no Brasil: o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e o desenvolvimento nacionalista com reformas de base (Behring; Boschetti, 2011). Qualquer possibilidade de avanço democrático é freado pela Ditadura Burgo-Militar em 1964, o regime autocrático-burguês apresenta regressão no ideal de conciliação, com intensa repressão, utilização dos direitos sociais para garantir a governabilidade e manutenção do clientelismo (Carvalho; Moura; Ferreira, 2022).

É com a abertura política do país a partir de 1985 que a democratização e o reconhecimento dos direitos sociais são demarcados, a Constituição Federal

de 1988 (CF-88) amplia o projeto de um país democrático, ao combinar a democracia representativa e a democracia participativa, sendo a participação social reconhecidamente uma peça fundamental para a organização das políticas públicas (Silva; Jaccoud; Beghin, 2005). A partir da década de 90, esses direitos conquistados são submetidos ao ajuste fiscal, de ótica neoliberal, que revestido como estratégia para estabilizar as contas públicas, em consequência concebe as políticas sociais como muito onerosas (Carvalho; Moura; Ferreira, 2022).

Como se percebe nos momentos de crise social, o Estado passa a alterar a intensidade e investimento das suas intervenções sobre as demandas sociais, atingindo o processo de implementação de políticas públicas (Santos, 2023). Essas são mercantilizadas, com a abertura para a iniciativa privada assumir o seu comando, de modo que os serviços públicos deterioram com os cortes na agenda social (Carvalho; Moura; Ferreira, 2022). As parcerias público-privadas, um dos mecanismos em que a participação social da CF-88 ganha forma, têm o potencial de desresponsabilização do Estado e captura dos recursos públicos (Silva; Jaccoud; Beghin, 2005).

Em suma, as políticas públicas fragmentadas somadas ao discurso neoliberal de direitos sociais resultam no aprofundamento das desigualdades e na precarização do trabalho (Chaves; Gehlen, 2019), pois “as políticas sociais implementadas historicamente apresentam debilidades, marcadas por ações fragmentadas e desarticuladas, sem constituir, efetivamente, um sistema de proteção social sólido” (Carvalho; Moura; Ferreira, 2022, p. 120). Esta realidade vai causar sérias repercussões na vida dos sujeitos usuários das políticas públicas, as quais muitas vezes garantem a sobrevivência e são oportunidade de melhoria nas suas condições de vida.

3 OS NOVOS SENTIDOS ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA RENOVAÇÃO PROFISSIONAL

Frente aos avanços neoliberais, representados pela financeirização do capital e pela privatização crescente do Estado, que impactam a sociedade como um todo, o

Serviço Social se insere em um rol de contradições. Segundo Mioto e Nogueira (2013), até meados da década de 1960, as atividades de assistentes sociais estavam centradas na integração dos indivíduos e na normatização de suas condutas, sem uma análise crítica das políticas sociais ou sua relação com o Serviço Social e outras áreas do conhecimento. Temas mais complexos, que exigiam fundamentações teóricas mais profundas, eram geralmente excluídos da prática profissional, cuja intervenção atendia prioritariamente aos objetivos institucionais de integração e correção de desvios de comportamento (Mioto, Nogueira, 2013).

Historicamente o trabalho de assistentes sociais foi concebido como função auxiliar a outras profissões consideradas pela sociedade como “superiores e mais relevantes”, a exemplo da Medicina, Direito e Psicologia, essa visão reforçou uma posição secundária dentro das instituições. Algumas decisões de assistentes sociais dentro das instituições já eram pré-definidas por profissionais que possuíam hegemonia dentro da organização, essa lógica em vez de contribuir para uma atuação crítica do profissional, gerava uma limitação da autonomia e a não compreensão do Serviço Social dentro da instituição.

É destacado por Guerra (2011) que o enquadramento funcionalista e subordinado, a qual o profissional era requisitado pelas instituições, impediu por muito tempo que o Serviço Social fosse reconhecido como profissão e como um saber especializado, com capacidade de análise crítica e intervenção propositiva no que tange às expressões da questão social. Nesse sentido, a/o assistente social era frequentemente visto como um “agente de ajustamento”, cuja função era contribuir para a manutenção da ordem, sem questionar as estruturas sociais que produzem a desigualdade.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social surgiu com o objetivo de buscar um referencial teórico que, ao mesmo tempo, possibilitasse reflexão crítica ao sistema capitalista e ampliasse o processo de renovação, de modo a criticar o “antigo fazer profissional” o qual buscava encaixar os indivíduos com a falácia de “sujeito ideal”.

Logo, o Movimento de Reconceituação acontece em decorrência dos questionamentos sobre a eficácia e legitimidade do modelo tradicional de intervenção

profissional, que era marcado por uma abordagem que trata as expressões da questão social de modo fragmentado e moralizador (Netto, 2015). Tendo em vista que o modelo tradicional não respondia às necessidades e à realidade conjuntural, principalmente levando em consideração as especificidades latino-americanas e dinâmica social brasileira (Netto, 2015).

O objetivo central do Movimento de Reconceituação foi de formular uma alternativa teórica e prática para o Serviço Social, com base em uma análise crítica da realidade social e com foco na transformação social, de modo a contemplar as demandas das classes historicamente oprimidas, tendo por prioridade a defesa dos direitos sociais na centralidade de suas ações.

No contexto de institucionalização da profissão, o Serviço Social buscou construir sua imagem enquanto profissão regulamentada, em meio a uma identidade marcada pela benemerência, desempenhando ações no sentido de organização das demandas aos serviços e de benefícios oferecidos pelas instituições (Miotto; Nogueira, 2013).

Após o Movimento de Reconceituação, com o estabelecimento do Projeto Ético-Político e com a modificação da direção social da profissão por meio do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação oficializados em 1993, houve um redirecionamento da prática. Com isso, o Serviço Social se torna potencialmente agente transformador (Netto, 1992) através da intencionalidade e da visão crítica da realidade, desvendando o caráter contraditório das políticas públicas.

A contradição das políticas públicas advém de suas capacidades de configurar a distribuição da riqueza socialmente produzida, atendendo às necessidades da classe trabalhadora, e ao mesmo tempo em que são focalizadas na tentativa de servir às exigências do capital, por um Estado que seja mínimo para os investimentos sociais e máximo para as concessões à iniciativa privada (Miotto; Nogueira, 2013). Cabe retomar que as políticas públicas resultam de processos de decisão política e de grandes processos de lutas sociais, com vistas a atender as demandas da sociedade por meio

da implementação de programas, projetos e serviços, em prol da diminuição da desigualdade social, a qual é inerente ao sistema capitalista.

As/os assistentes sociais, como trabalhadoras/es assalariadas/os, estão inseridos nessa lógica, utilizando-se da mediação, uma das categorias instrumentais mais importantes para o Serviço Social, visto que a mediação materializa a ação profissional, porém, necessita estar alicerçada na capacidade crítica reflexiva da categoria, como Martinelli (1993) assinala, a profissão se insere como mediadora dessas políticas, ao encontro das mobilizações coletivas em prol da luta por direitos.

Com isso, a categoria profissional busca alterar o aspecto das políticas públicas, retirando-as do rol de concessão para ganhar o status de direito constitucionalmente assegurado, como pode ser observado na Constituição Federal de-88, que assegura o título de políticas públicas como dever do Estado e um direito de todos os cidadãos brasileiros ao acesso à educação, saúde e habitação, assistência social, entre outras políticas.

De acordo com Mioto e Nogueira (2013), é dentro da categoria mediação que ocorre a dicotomia entre objetivos institucionais e objetivos profissionais, demarcada pelos antagonismos das demandas dos órgãos empregadores e das demandas da população usuária, o que leva a tensionamentos nos processos de trabalho de assistentes sociais. Dessa forma, apropriar-se dos ordenamentos institucionais é fundamental para o planejamento da intervenção profissional, considerando a relativa autonomia e o trabalho interdisciplinar. Segundo Iamamoto (2002), a multidisciplinaridade e o trabalho interdisciplinar devem agregar e não diluir as particularidades profissionais, no sentido de soma das especificidades de cada profissão, levando em consideração os ângulos particulares na interpretação dos mesmos processos sociais.

Em conformidade com Paula (2023), a/o assistente social durante o atendimento analisa a situação dentro da conjuntura societária e institucional e de como determinam as condições de vida dos sujeitos, compreendendo sobre a política social e seus limites. Para que essa análise ocorra, é essencial que a categoria profissional

articule as três dimensões: ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, especialmente ancorado no campo do pensamento marxista para que ocorra uma análise da “essência” (Paula, 2023, p. 81). Entretanto, conforme expõe Tomaz (2023), a/o assistente social, mesmo com a compreensão da importância da direção social crítica, assentada no Projeto Ético Político, vive os dilemas da precarização das condições de trabalho, tal qual outros segmentos da classe trabalhadora.

Logo, o interlace entre políticas públicas e Serviço Social é repleto de contradições advindas do sistema capitalista, sobretudo traz para a categoria profissional dilemas que dificultam a intervenção. A importância da/o assistente social no planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas é evidenciada por Prates (2024), pois o profissional possui a capacidade de desvelar a realidade, e conhecer a realidade concreta dos sujeitos.

O planejamento de políticas públicas é uma das atribuições que destaca o profissional de Serviço Social, segundo Prates (2024) a importância do profissional no processo de planejamento para a definição de objetivos e a caracterização da finalidade do processo, desvelamento da realidade, observando possibilidades e viabilização das políticas públicas. Para Mioto e Nogueira (2013), o papel desempenhado por assistentes sociais na formulação, gestão e execução de política social é peça fundamental para o processo de institucionalização das políticas públicas para a garantia de direitos e afirmação do projeto ético-político da profissão. As autoras debatem ainda um desafio enfrentado pela profissão no campo das políticas públicas: a autonomia relativa que é condicionada por projetos societários distintos.

O planejamento e a implementação de políticas públicas constituem funções centrais da/o assistente social, permitem compreender a realidade concreta dos sujeitos, orientar intervenções e consolidar práticas voltadas à transformação social. Nesse processo, a/o profissional lida com a tensão entre as demandas institucionais e

as necessidades da população, de modo a exercer uma mediação crítica para converter concessões em direitos efetivamente garantidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são constituídas como respostas do Estado às expressões da questão social, como forma de distribuição mínima da riqueza socialmente produzida. A categoria profissional atua como mediadora entre o Estado e a sociedade civil, com o objetivo de auxiliar os usuários a acessarem os direitos estabelecidos nas políticas públicas e ao mesmo tempo, como trabalhador(a) assalariado dispõe de relativa autonomia.

Para além de executor das políticas públicas, o Serviço Social tem um papel fundamental no planejamento e na gestão das políticas públicas, pois a partir de sua expertise, busca imprimir direcionamento e intencionalidade para superar a lógica compensatória das políticas públicas, no objetivo de torná-las emancipatórias.

Dessa forma, essa relação da categoria profissional com as políticas possui uma dicotomia, tendo em vista que a/o assistente social se insere na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, sendo subordinado a um contrato de trabalho e requisições institucionais, as quais lhe conferem relativa autonomia, e ao mesmo tempo a/o profissional defende e luta pela efetivação do seu Projeto Ético Político (Tomaz, 2023).

Ergue-se o questionamento em relação à qual é o grau de contribuição da profissão na elaboração e administração de ações governamentais que são intrinsecamente sua expertise. Por se entender que essas duas etapas, anteriores à execução, têm caráter decisivo para a conformação, o alcance e a repercussão social de planos, programas e projetos, a técnica e a orientação profissional são distintivas para a realização de uma análise qualificada sobre a realidade social, a fim de destrinchar as problemáticas sociais e alcançar efetivamente as demandas da população usuária.

Mesmo que essa produção intelectual seja considerada a nível de planejamento, ainda mais decisivo para o atendimento de necessidades sociais e a viabilização de direitos é o direcionamento político na concepção e determinação das ações dos entes públicos, o que está à cargo da gestão dessas organizações.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. Cortez: São Paulo, 2011.
- CARVALHO, Davi Magalhães; MOURA, Jackeline da Silva; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. Políticas Públicas no contexto de regressão de direitos. In: FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs). **Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea**. EDUFPI: Teresina, 2022. P. 119-148.
- GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social**. CFESS: Brasília, 2002, p. 13-50.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez: São Paulo; Celats: Lima, 1982.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Vozes: Rio de Janeiro, 2009. p. 21.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, p. 61-71, 2013.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. Cortez: São Paulo, 1992.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. Cortez: São Paulo, 2015.
- PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. In: CRESSMG (Org.). **A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. CRESS: Belo Horizonte, 2023.
- PRATES, Jane Cruz. A importância das pesquisas avaliativas de enfoque misto para o planejamento das políticas sociais. In: MORAES, C. A. S., LIMA, N. C. (Org.). **Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologias**. São Paulo: Cortez, 2024. p. 195-216.
- SANTOS, Milena da Silva. "Questão social" e Estado na crise estrutural: precarização das políticas sociais brasileiras. **Temporalis**, v. 23, n. 45, p. 252-272, 2023.
- SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas Sociais no Brasil: Participação Social, Conselhos e Parcerias. In: JACCOUD, Luciana (Org). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. IPEA: Brasília, 2005. p. 373-407.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Os direitos e a Política Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOMAZ, Cristiane Silva. As atribuições e competências profissionais das e dos assistentes sociais. In: CRESSMG (Org.). **A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. CRESS: Brasília, 2023.

Contribuição de autoria

1 – Alessandra Garrot Vilanova

Assistente Social, Especialista em Saúde Mental, Mestranda no PPGSSPP
<https://orcid.org/0009-0009-6000-4496> • alessandragarrotv@gmail.com
Contribuição: Escrita – Primeira Redação

2 – Jairo da Luz Oliveira

Assistente Social, Doutor em Serviço Social
<https://orcid.org/0000-0002-5006-4614> • jairo.oliveira@ufsm.br
Contribuição: Escrita – Revisão e Edição, Supervisão

3 – Júlia Teixeira Santos

Assistente Social, Mestranda no PPGSSPP, Bolsista CNPq
<https://orcid.org/0000-0002-7503-434X> • julia.santos@acad.ufsm.br
Contribuição: Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição.

4 – Maiara Regina Porto da Rosa da Silva

Assistente Social, Especialista em Serviço Social, Ética e Direitos Humanos e Especialista em Saúde Mental, Mestranda no PPGSSPP
<https://orcid.org/0009-0003-1015-1400> • mai.porto02@gmail.com
Contribuição: Escrita – Primeira Redação.

5 – Morgana Drews da Silva

Assistente Social, Especialista em Família na Contemporaneidade, Mestranda no PPGSSPP
<https://orcid.org/0009-0001-5693-9039> • morgana.silva@acad.ufsm.br
Contribuição: Escrita – Primeira Redação.

6 – Tainara Corin da Silveira

Assistente Social, Especialista em Atenção Básica, Mestranda no PPGSSPP, Bolsista CNPq
<https://orcid.org/0000-0002-6011-5796> • tainara.silveira@acad.ufsm.br
Contribuição: Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas (Santa Maria) mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

VILANOVA, A. G.; OLIVEIRA, J. da Luz; SANTOS, J. T.; SILVA, M. R. P. da R. da; SILVA; M. D. da; SILVEIRA, T. C. da. Serviço Social e as políticas públicas nas tramas do capital. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, e95556, 2026. DOI 10.5902/2317175895556. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175895556>.